



**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL**

Nos dias vinte e cinco e vinte e seis de agosto de 2009, na sala de reuniões da Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, localizada no Edifício Palácio da Imprensa, SRTVS, 701, bloco 1, na cidade de Brasília/DF, sob a presidência do Promotor de Justiça, Dr. Maurício Kalache, e com a presença dos Doutores Sérgio Dário Machado, Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Espírito Santo; Zulene Santana de Lima Norberto, Diretora da Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco; Marco Antônio Guerreiro, Diretor da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão; Samia Saad Gallotti Bonavides, Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Paraná; Danilo Lovisaro do Nascimento, Diretor da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Acre; Patrícia Pimentel O. C. Ramos, Coordenadora do Centro de Estudos Jurídicos do Ministério Público do Rio de Janeiro; Horácio Afonso de Figueiredo da Fonseca, Coordenador da Fundação Escola do Ministério Público do Rio de Janeiro; José Eduardo Ciotola Gussem, Presidente do Instituto Superior do Ministério Público do Rio de Janeiro; Nilza Gomes Silva, Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Mato Grosso do Sul; Izabel Cristina Salvador Salomão, Diretora da Escola Superior do Ministério Público do Espírito Santo; Claudia Maria de Freitas Chagas, Diretora-Geral da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Antonio Joaquim Fernandes Neto, Assessor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de Minas Gerais; Edgar Maide de Albuquerque Rocha, Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Amazonas; Jaceguara Dantas da Silva Passos, Diretora da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Mato Grosso do Sul; José Lages Marques Neto, Diretor da Fundação Escola do Ministério Público do Piauí; Suely Magna de C. Nobre Felipe, Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Rio Grande do Norte; Luiz Fernando Calil de Freitas, Diretor da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul; Vera Nilva Álvares Rocha, Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do



## Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

Tocantins; e Walkyria Ruicir Danielski, Diretora da Escola do Ministério Público de Santa Catarina, nos termos dos registros do Livro de Presenças, reuniu-se em Assembléia Geral, o Colégio de Diretores de Escolas do Ministério Público do Brasil, com a seguinte pauta de assuntos: 25 de agosto – **1) Abertura; 2) Aprovação da ata da III Reunião Ordinária Anual do CDEMP; 3) Paineis: “O Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, seus projetos de intercâmbio e capacitação acadêmicos e as possibilidades de parceria com as Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil”. Expositores: Dr. Arthur Bandin, Presidente do CADE, e Dr. José Antônio Batista de Moura Ziebarth, Coordenador-Geral do CADE; 4) Trabalho das Comissões; 5) Paineis: “A Secretaria Nacional de Justiça, seus projetos de intercâmbio e capacitação acadêmicos e as possibilidades de parcerias com as Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil. Expositor: Dr. Romeu Tuma Júnior, Secretário Nacional de Justiça. 6) Estágio Acadêmico no Ministério Público. Relatos de Experiências. 7) Cursos para o vitaliciamento de novos membros do Ministério Público. Relatos de Experiências. 26 de agosto - **1) Painéis: Dr. José Carlos Cosenzo – Presidente da CONAMP; Dr. Sandro José Neis – Conselheiro do CNMP e Corregedor-Geral do MP; Dr. Cláudio Barros – Conselheiro do CNMP; Dr. Achilles Siquara – Conselheiro do CNMP; Dr. Bruno Dantas Nascimento – Conselheiro do CNMP. 2) Assuntos Gerais. 3) Trabalho das Comissões. 1) Abertura** - Às 08:30h do dia vinte e cinco de agosto de 2009 foram iniciados os trabalhos, formando-se mesa composta pelas seguintes autoridades: **Dra. Claudia Maria de Freitas Chagas**, Diretora-Geral da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; **Dra. Walkyria Ruicir Danielski**, Secretária-Geral do CDEMP; e pelo Presidente do CDEMP, **Dr. Maurício Kalache**. Abertos os trabalhos, pelo Presidente foram saudados os presentes, deliberando-se, a seguir, pela inversão da pauta, com a apreciação em momento posterior da ata da última reunião do colegiado. **2) Paineis: “O Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, seus projetos de intercâmbio e capacitação acadêmicos e as possibilidades de parceria com as Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil”.** Foi convidado à mesa dos trabalhos o Dr. José Antônio Batista de Moura Ziebarth, Coordenador-Geral do CADE, o qual inicialmente justificou a ausência do Dr. Arthur Bandin, Presidente do CADE, em decorrência da participação do mesmo em audiência**



## Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

pública que se realiza neste momento. Foi saudada a presença do Dr. Bruno Borini, doutorando da Universidade de São Paulo, intercambista do CADE e atual colaborador da entidade. Após, o Dr. José Antônio Batista de Moura Ziebarth efetuou exposição, na qual traçou o histórico sucinto da defesa da concorrência no Brasil. Discorreu ainda acerca das atribuições e estrutura do CADE, destacando as ações implementadas para o desenvolvimento de uma cultura de defesa da concorrência, através de programas e atuações integradas. Dentre estas, destacou a importância do programa do CADE de presença junto às instituições em geral e, em especial, junto às entidades de ensino (Universidades) para a fomentação dessa cultura. Nesse norte, apresentou o programa de intercâmbio do CADE, que funciona desde 1996 e prevê a recepção, pelo CADE, de estudantes de graduação em Direito – e mais recentemente também de pós-graduação -, durante 4 semanas, nos meses de janeiro e julho, para o desenvolvimento de atividades junto àquele órgão. Mencionou ainda, dentre as atividades do CADE previstas para 2010, a destinação de recursos às Universidades para projetos de pesquisa na área de defesa da concorrência e a previsão de intercâmbio para autoridades da América Latina. No que tange a tal programa de intercâmbio, explicou que este engloba o acompanhamento das atividades do CADE e, simultaneamente, a realização de palestras e encontros com professores convidados, sendo que o ingresso no mesmo se dá a partir de processo seletivo. Salientou a disposição do CADE para abrir o programa de intercâmbio também para os Ministérios Públicos do País. Na seqüência, o Presidente agradeceu a disponibilidade do Dr. José Antônio no comparecimento a esta reunião e as valiosas informações acerca da defesa da concorrência aqui repassadas. Abertos os debates, manifestaram-se os colegas Sérgio Dário Machado, Nilza Gomes da Silva, Cláudia Maria de Freitas Chagas, Luiz Fernando Calil de Freitas, Marco Antônio Guerreiro, Zulene Santana de Lima Norberto, Antonio Joaquim Fernandes Neto, Suely Magna de C. Nobre Felipe, Jaceguara Dantas da Silva Passos e Walkyria Ruicir Danielski, sendo esclarecido: a) há possibilidade de serem ministrados cursos de curta duração na área de defesa da concorrência nos Estados, bastando para tanto o contato das Escolas interessadas e o ajuste da forma de tal disponibilização; b) há um curso já formatado, de 16h/a, em 4 dias, já ajustado com algumas instituições, quer pode ser estendido para outros interessados; c) para esses cursos as despesas seriam suportadas pelas instituições interessadas, podendo



## Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

ser dividido entre estas, com aproveitamento para a realização de mais de um evento simultâneo ou sucessivo para locais geograficamente próximos; d) o programa de intercâmbio, a partir de janeiro 2010, mediante convênio com o Banco Mundial, prevê a possibilidade de concessão de ajuda de custo no valor de R\$ 1.200,00 para manutenção do intercambista e R\$ 800,00 para passagens; e) não há estrutura para acomodação dos participantes do intercâmbio, nem custeio das despesas destes; f) o programa precisa ser inteiramente presencial, pois a idéia é a vivência pelo intercambista da rotina de um órgão de defesa da concorrência; g) o programa é único para graduação, pós-graduação e autoridades; h) é exigida para o ingresso no programa a elaboração de um projeto de artigo jurídico, que deve ser entregue na última semana do intercâmbio; i) o intercâmbio e o curso são totalmente gratuitos, devendo contar a partir de 2010 com a bolsa antes mencionada para o auxílio nas despesas; j) há um curso já formatado e disponível, com dois docentes, sobre defesa da concorrência, mas pode ser adequado ou criado curso diverso nessa área, de acordo com as necessidades e disponibilidades de cada instituição, sendo que dependendo dessa formatação pode haver alteração dos custos; k) o custo do curso já existente, nos Estados, seria apenas o correspondente às passagens e hospedagem, isto no caso de curso ministrado pelo próprio coordenador, ora expositor; l) não há limitação do número de participantes no curso já formatado; m) o expositor disponibiliza seu e-mail para contato de qualquer Escola ou CEAf interessado, qual seja, [jose.batista@cade.gov.br](mailto:jose.batista@cade.gov.br); n) não há óbice de que os cursos sejam abertos a outros operadores do Direito, em especial magistrados; o) o CADE desenvolveu diversas cartilhas para o trabalho em áreas específicas de concorrência, tais como o combate aos cartéis nas licitações públicas; p) pelo Dr. Bruno foi esclarecida a sistemática prática do intercâmbio disponibilizado no CADE, tendo também se colocado à disposição para realizar palestras e cursos nos Estados; q) pelo Dr. Calil foi sugerido contato com o Colégio dos Procuradores-Gerais de Justiça, a fim de que seja incluída a cobrança da matéria afeta ao direito de concorrência nos programas dos concursos de ingresso nos Ministérios Públicos e também para a viabilização de divulgação dos casos exitosos de atuação ministerial nas diversas áreas. Ainda pelo Dr. Calil foi sugerida a realização de cursos regionais acerca da defesa da concorrência, a exemplo do realizado na área de lavagem de dinheiro. Após, nos encaminhamentos finais



## Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

decorrentes da exposição efetuada, foi deliberado: a) o retorno do CDEMP ao CADE para ratificar o interesse na propagação da cultura da concorrência; b) aprovado contato com o Colégio dos Procuradores-Gerais de Justiça, para buscar a viabilização de convênio deste com o CADE, para a participação de membros do Ministério Público no PINCADE, se possível para o mês de janeiro/2010. **3) Trabalho das Comissões** - Dado o adiantado da hora, foi deliberado que a atividade das comissões se dará exclusivamente no segundo dia dos trabalhos. **4) Painel: “A Secretaria Nacional de Justiça, seus projetos de intercâmbio e capacitação acadêmicos e as possibilidades de parcerias com as Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil. Expositor: Dr. Boni de Moraes Soares, Coordenador Geral de Cooperação Jurídica Internacional Civil, do Departamento de Recuperação de Ativos da Secretaria Nacional de Justiça.** Pelo presidente foi efetuada breve exposição acerca dos contatos com os representantes da ENCCLA para a viabilização de cursos nas áreas de lavagem de dinheiro e combate à corrupção, bem como sobre o CDEMP, Escolas do MP e CEAFs e o relacionamento destes com o DRCI. Passada a palavra ao expositor, Dr. Boni de Moraes Soares, Coordenador Geral de Cooperação Jurídica Internacional Civil, do Departamento de Recuperação de Ativos da Secretaria Nacional de Justiça, este inicialmente justificou a ausência do Dr. Romeu Tuma Júnior, Secretário Nacional de Justiça. Após, o Dr. Boni de Moraes Soares efetuou exposição, na qual salientou a importância do relacionamento e troca de informações do DRCI com o Ministério Público brasileiro, bem como do Ministério Público com a Secretaria Nacional de Justiça. Discorreu sobre a criação do DRCI, ENCCLA e PNLD, explicitando suas funções e atribuições. Ressaltou a importância da capacitação dos órgãos e membros do Ministério Público para o combate à corrupção e lavagem de dinheiro, colocando o DRCI à disposição para os Ministérios Públicos que tiverem interesse em tal capacitação. Apresentou o programa de Cooperação Jurídica Internacional, criado em 18/07/09, nos mesmos moldes do PNLD, porém com divisão em módulos (acadêmico, publicação, capacitação), desde logo formulando convite ao CDEMP para integrar tal programa e para se fazer presente no seu lançamento, a ocorrer em 10/09/09, às 14h. Abertos os debates, manifestaram-se os colegas Luiz Fernando Calil de Freitas, Cláudia Maria de Freitas Chagas, Jaceguara Dantas da Silva Passos, Maurício Kalache e Danilo Lovisaro do Nascimento, sendo esclarecido: a) há



## Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

possibilidade de disponibilização de cursos de interesse para a formação acadêmica, tal como na Faculdade de Direito mantida pela Fundação Escola do Ministério Público do Rio Grande do Sul; b) os contatos para disponibilização de cursos podem ser efetuados através dos e-mails institucionais, quais sejam, [drci@mj.gov.br](mailto:drci@mj.gov.br) e [snj@mj.gov.br](mailto:snj@mj.gov.br); e mesmo através do e-mail do expositor, qual seja, [boni.soares@mj.gov.br](mailto:boni.soares@mj.gov.br); c) no comitê gestor do PNLD há uma relação de disciplinas para a formatação de cursos, as quais constam da página mantida na Internet e também podem ser solicitadas via e-mail, cujas ementas são quase que integralmente referentes a casos e experiências práticas; d) há parcerias já em execução com Escolas do Ministério Público, como em Mato Grosso do Sul que já realizou dois módulos e fará realizar mais um no próximo mês de outubro; e) haverá entre os dias 1º e 4 de setembro próximo um seminário em parceria com a Interlegis, sobre “Extinção de Domínio”, que enfocará principalmente a propriedade de origem ilícita, seminário este presencial e para o qual foram convidados a participar todos os membros do CDEMP, bastando para tanto efetuar contato através do e-mail [snj@mj.gov.br](mailto:snj@mj.gov.br); f) no caso de interesse de realização de cursos locais ou regionais, o procedimento é a realização de contato com a proposta à SNJ, que disponibiliza as ementas e o MP interessado escolhe os temas. Definidos os temas, a SNJ encaminha os palestrantes das áreas específicas, sendo que o deslocamento normalmente é custeado pela SNJ – eventualmente pelo MP –, ficando a cargo do MP local o fornecimento de toda a logística do curso; g) todas as informações estão disponíveis no site [mj.gov.br/drci](http://mj.gov.br/drci). **5) Estágio Acadêmico no Ministério Público. Relatos de Experiências** – Dado o adiantado da hora, foi deliberado que o tema será tratado por ocasião da próxima reunião. **6) Cursos para o vitaliciamento de novos membros do Ministério Público. Relatos de Experiências** - Dado o adiantado da hora, foi deliberado que o tema será tratado por ocasião da próxima reunião. **7) Assuntos Gerais** – a) Considerando o lapso temporal relativamente longo até a realização da reunião agendada para o próximo mês de novembro, em Florianópolis e, ainda, tendo em vista a posse do Procurador-Geral de Justiça do Paraná na Presidência do Colégio Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, **foi deliberada a realização de reunião extraordinária do CDEMP, no próximo mês de outubro/2009, em Curitiba/PR**, em data coincidente com a aludida posse; b) pelo colega Calil foi proposto estudo para a



## Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

criação de uma **comenda para homenagear as pessoas que prestem relevantes serviços ao CDEMP**, desde logo sugerindo, caso criada, seja a mesma ofertada ao ex-Conselheiro Diaulas, do CNMP; c) pelo presidente foi noticiada a **elaboração de projeto de revista**, pela comissão que efetuou a análise dos indicados às bolsas conveniadas de mestrado e doutorado no corrente ano; d) foi deliberado que no dia de amanhã (26/08) os trabalhos da plenária serão encerrados por ocasião do intervalo para o almoço, sendo reservado o período da tarde para eventuais reuniões das comissões, conforme a disponibilidade de seus membros; e) foi noticiado o resultado da Comissão de Seleção do Mestrado e Doutorado para Roma e Lisboa, com o registro pela Presidência da lisura, transparência e isenção com que se houve a Comissão; f) o Presidente postulou a **intervenção do colega Calil para que se ajuste com o professor Salvatore Massamuto, da Universidade de Roma Tre, a forma de realização da entrevista dos selecionados ao Doutorado**; g) no referente às possíveis **dificuldades de liberação dos selecionados para os cursos de pós-graduação conveniados com o CDEMP**, foi sugerida aproximação com os colegiados nacionais dos Procuradores-Gerais de Justiça e Corregedores, a fim de sensibilizá-los para a importância de tais cursos e, ainda, possa o CDEMP se prontificar à iniciativa de elaboração de proposta com regras mínimas para os afastamentos com finalidade de aperfeiçoamento; h) foi sugerida **recepção ao professor Luigi Ferrajoli, por ocasião da reunião em Florianópolis**, o que foi acatado, se viável; i) pelo colega Calil foi noticiada a realização de **seminário na Universidade de Roma Tre**, pelo convênio mantido por tal instituição com a Fundação Escola do Ministério Público do Rio Grande do Sul, o qual ocorrerá no final do mês de janeiro de 2010, com possibilidade de sua abertura à participação de todos os membros do CDEMP; j) pelo Presidente foi noticiada a **disposição da CONAMP em alojar o CDEMP** (espaço físico, endereço, estrutura e, eventualmente, disponibilização de funcionário) a partir da conclusão das obras da nova sede da entidade; k) pelo Presidente foi relatada a atual **situação financeira do CDEMP**, sendo deliberada a aprovação do ressarcimento das despesas do Presidente e da FEMPAR ocorridas por ocasião da reunião da diretoria executiva e Comissão de Seleção de Mestrado e Doutorado, no mês de julho próximo passado; l) foi aprovado, por unanimidade, o **pagamento, a partir desta data, das despesas de transporte e hospedagem do Presidente** para as reuniões realizadas pelo CDEMP; m)



## Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

pelo presidente foi apresentada a atual página da FEMPAR na Internet, sugerindo a todos que avaliem tal apresentação com a finalidade de, em se entendendo conveniente, ser futuramente adotado modelo semelhante para a **página do CDEMP**, tema este a ser apreciado em futura reunião; n) pelo Presidente foi sugerido que os membros do CDEMP adotem as **providências para a instalação do skype** em seus equipamentos de informática, de modo a facilitar as comunicações do colegiado, sugerindo ainda seja adotada como identificação no mesmo a sigla do estado ou instituição, acrescido da sigla CDEMP. Às 18h e 30min, foram encerrados os trabalhos. **26 de agosto** - Abertos os trabalhos às 9h15min. **1) Foi aprovada a ata da reunião anterior. 2) Assuntos Gerais** – a) Pelo presidente foi relatada preocupação com a criação de algum **mecanismo que permita melhor controle e acompanhamento dos resultados institucionais decorrentes dos cursos de pós-graduação no exterior realizados a partir da indicação do CDEMP**. No sentido da preocupação, pela colega Walkyria foi sugerido que aqueles que cursaram o mestrado ou doutorado com indicação do CDEMP sejam convidados para uma das reuniões anuais, nas quais fariam um relato dos cursos. b) Pelo colega Calil foi efetuada breve **explanção sobre a sistemática das Universidades de Lisboa e Roma**, dizendo que em Lisboa a sistemática é de curso completo, mas em Roma não, sendo cumpridos os créditos mediante matrículas em cursos isolados, situação na qual a produtividade, em tese, pode ser ínfima e mesmo assim o indicado lograr concluir o programa de doutorado. **3) Painéis: Dr. José Carlos Cosenzo – Presidente da CONAMP; Dr. Sandro José Neis – Conselheiro do CNMP e Corregedor-Geral do MP; Dr. Cláudio Barros – Conselheiro do CNMP; Dr. Achilles Siquara – Conselheiro do CNMP.** Pelo Presidente foi efetuada saudação aos convidados, enaltecendo suas trajetórias e a importância histórica dos feitos por eles já realizados até o presente momento, bem como das atividades novas por estes desenvolvidas, em especial no CNMP. Ainda, foi efetuado pelo Presidente breve relato acerca dos números e formatação das Escolas e CEAFs hoje existentes e, ainda, acerca dos objetivos destas, enaltecendo estarem todas voltadas ao atendimento do interesse público, inclusive no atinente àquelas privadas, que quando de suas aberturas à clientela externa sempre o fazem no intuito de levar adiante o pensamento do Ministério Público. Disse ainda que a intenção do CEDEMP e, através dele de todas Escolas públicas e privadas, é a colaboração com as entidades





## Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

e colegiados no compromisso de contribuir com o aperfeiçoamento e a defesa institucional do Ministério Público. Na seqüência, manifestou-se o **Dr. José Carlos Cosenzo, Presidente da CONAMP**. Ressaltou inicialmente o apoio emprestado pela CONAMP desde o primeiro momento, quando das discussões acerca da implementação dos Conselhos de Controle Externo. Destacou a transparência e o incremento da credibilidade conferida ao MP perante a sociedade a partir da atuação do CNMP e, em especial, a satisfação diante da atual composição desse Colegiado. Mencionou o momento político difícil atualmente enfrentado pelo MP, com a tramitação de cerca de 1200 projetos legislativos que de alguma forma afetam a Instituição. Fez um breve relato acerca dos principais projetos em discussão no Congresso que comprometem a atuação ministerial. Destacou a importância, nesse cenário, da atuação do CNMP e, em especial, neste, da Corregedoria Nacional, inclusive na busca dos números do MP. Nesse contexto, destacou a importância das Escolas na formação dos novos membros do MP, salientando, no entanto, que embora se vivencie atualmente o momento de melhor qualificação técnica dos candidatos aprovados nos concursos, se verifica ao mesmo tempo, uma certa “crise” no perfil desses candidatos, sendo cada vez mais difícil se identificar as verdadeiras vocações às carreiras jurídicas, com reflexos na atuação funcional. Nesse contexto, destacou o entendimento de que as escolas desempenham papel fundamental na preparação dos novos integrantes do MP a fim de superar tais dificuldades. Interveio o Dr. Aquiles Siquara que, após tecer considerações acerca do momento difícil vivido e a perspectiva concreta de redução ou supressão de atribuições ministeriais, cogitou a possibilidade de ser o CDEMP o foro adequado para eventual discussão e coleta de sugestões de alterações, inclusive de cunho legislativo, em áreas sensíveis e de grande conflito, tais como a Lei de Improbidade ou a área ambiental. Retornada à palavra ao Dr. Cosenzo, este manifestou serem pertinentes as colocações efetuadas pelo Dr. Achilles, asseverando ser o CDEMP foro pertinente para pensar a atuação ministerial como um todo, reiterando porém o entendimento acerca de ser fundamental o papel das Escolas na formação dos novos promotores. Na seqüência se manifestou o **Dr. Sandro José Neis, Corregedor Nacional do MP**. Após discorrer acerca do momento político adverso vivenciado pelo MP, destacou a necessidade da instituição fornecer respostas aos questionamentos políticos e da sociedade, o que pressupõe o conhecimento de sua



## Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

própria realidade, particularmente pelos órgãos de controle, inclusive o CNMP. Asseverou também que além do aspecto quantitativo, há necessidade da busca de indicativos qualitativos de atuação, com a apresentação dos resultados efetivos da atuação ministerial. Destacou que, na Corregedoria Nacional do MP a atuação se dará com respeito à autonomia dos MPs e à independência funcional, porém de forma isonômica e sem a admissão de desídias sob tais argumentos. Referiu a importância da atuação correicional não só como forma de correção das distorções, mas também de apuração das boas práticas, sendo que em relação a estas últimas o CDEMP poderá ser o colegiado do MP voltado à contribuição na sistemática de divulgação destas. Disse entender que o grande papel das escolas no aperfeiçoamento funcional é exatamente o desenvolvimento da ideologia do MP. Além disso, disse vislumbrar como fundamental a contribuição do colegiado no regramento dos cursos de vitaliciamento, que são constitucionalmente obrigatórios desde 2004. Mencionou também a questão da Resolução que disciplina a Atividade Jurídica, dizendo vislumbrar espaço ainda para seu eventual aperfeiçoamento, para o que pode contribuir o CDEMP. Pelo Presidente foi entregue aos convidados do CNMP cópia de ensaio elaborados pelos colegas dirigentes do CEAF do Rio Grande do Sul, referente aos cursos de vitaliciamento. Passada a palavra ao **Dr. Cláudio Barros**, este destacou também a importância das Escolas na formação dos novos membros. Afirmou que o papel do MP atualmente não é de ser defensor ou tutor da sociedade, mas parceiro desta no processo de transformação social. Disse que no seu entender cabe aos Procuradores-Gerais de Justiça executar o MP, às corregedorias fiscalizá-lo e, ao CEDMP, pensar a Instituição, inclusive no que tange à eventual revisão de conceitos, tais como a unidade – que precisa ser vista como unidade institucional de âmbito nacional - e a independência funcional – prerrogativa que não pode ser mitigada, mas que precisa ser fiscalizada para não servir de acobertamento à desídia - e, mesmo processual. Relatou a pretensão do CNMP em criar uma revista jurídica, sob responsabilidade do Conselheiro Bruno Dantas, que não pode comparecer a este encontro em face de compromissos no Senado Federal, para cuja formatação é pretendida a colaboração do CDEMP. Além disso, asseverou também a importância do enfrentamento pelo MP dos novos desafios na área jurídica, tais como bioética, biopirataria, biotecnologia, etc., para cuja construção do pensamento é visível a contribuição que pode ser prestada



## Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

pelas escolas e pelo CDEMP. Para tanto, disse que o CNMP, na sua visão, tem espaço e pretende a formação de parcerias, dentre elas com o CDEMP, para construir um Ministério Público melhor para as próximas décadas. Após, foi passada a palavra ao **Dr. Achilles Siquara**, que teceu considerações acerca do momento político vivenciado pelo MP. Afirmou a necessidade de se repensar a ideologia institucional e questões como o princípio do promotor natural e a independência funcional – o que pode ser fomentado no âmbito do CDEMP. Referiu a dificuldade na obtenção dos dados do MP, asseverando, porém, que, na qualidade de presidente da comissão encarregada do planejamento estratégico no âmbito do CNMP, pretende que tais informações sejam obtidas e, a partir dos dados a serem levantados acerca da composição, perfil e atuação dos MPs, entende ser desafio do CDEMP, enquanto colegiado das Escolas e CEAFs, se debruçar sobre estes e, a partir da identificação das deficiências funcionais, traçar as diretrizes para o seu aperfeiçoamento funcional e institucional. Pelo presidente foi agradecida a participação dos convidados. Aberta a palavra, manifestaram-se os colegas Vera Nilva, Jaceguara, Marco Antônio, Sâmia, José, Antonio Joaquim e Suely, os quais louvaram a presença dos ilustres convidados, relatando experiências enfrentadas em seus estados de origem, a fim de que fossem as mesmas consideradas por ocasião da atuação futura do CNMP. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada, às 12h e 45 min, a Assembléia Geral, do que, para constar, eu, Walkyria Ruicir Danielski, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Presidente.

Maurício Kalache, Presidente \_\_\_\_\_

Walkyria Ruicir Danielski, Secretária \_\_\_\_\_